

Paraná Negro

Organizadores:
Jackson Gomes Júnior
Geraldo Luiz da Silva
Paulo Afonso Bracarense Costa



Organizadores
Jackson Gomes Júnior
Geraldo Luiz da Silva
Paulo Afonso Bracarense Costa

paraná negro

1ª Edição



Curitiba - Paraná
2008

paraná
negro

Organizadores
Jackson Gomes Júnior
Geraldo Luiz da Silva
Paulo Afonso Bracarense Costa

Texto
Jackson Gomes Júnior
Geraldo Luiz da Silva

Revisão de Texto
Sonia Maria Packer Hübler

Fotografia
Fernanda Castro Paula, Maria do Socorro Araújo

Pesquisa Histórica
Grupo de Trabalho Clóvis Moura

Equipe de Apoio
Clemilda Santiago Neto, Jayro Pereira de Jesus

Projeto Gráfico
Sibelle Rieping

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA CENTRAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS TÉCNICOS

Paraná Negro / Jackson Gomes Júnior, Geraldo Luiz da Silva, Paulo Afonso Bracarense Costa (orgs.); fotografia e pesquisa histórica: Grupo de Trabalho Clóvis Moura. Curitiba : UFPR/PROEC, 2008.
104p. : il. color., retrs.

ISBN 978-85-88924-05-5

1. Negros – Paraná. I. Gomes Júnior, Jackson. II. Silva, Geraldo Luiz da. III. Costa, Paulo Afonso Bracarense.

CDD 305.89608162

1ª edição - 2008

1ª reimpressão

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

FUNPAR - Rua João Negrão, 280 - Centro - CEP: 80010-200 - Curitiba - Paraná

IMPRESSO NO BRASIL - DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



**FUNDAÇÃO
ARAUCÁRIA**

Apoio ao Desenvolvimento Científico
e Tecnológico do Paraná

A Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná é uma entidade de direito privado que ampara a pesquisa científica e tecnológica e a formação de recursos humanos no Estado do Paraná.
Os recursos financeiros utilizados pela Fundação têm origem no Fundo Paraná, que destina 2% da receita tributária do Estado ao desenvolvimento científico e tecnológico.

GOVERNO DO
PARANÁ
www.pr.gov.br

Seti
www.seti.gov.br

Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná
Av. Comendador Franco, 1341 - Cietep - Jd. Botânico - 80.215-090 - Curitiba - PR
Tel.: 41 3271.7803 - Fax: 3271.7421 - www.FundacaoAraucaria.org.br

Reitor da UFPR
Carlos Augusto Moreira Júnior

Vice-Reitora da UFPR
Márcia Helena Mendonça

Pró-Reitora de Extensão e Cultura
Sandra Regina Kirchner Guimarães

Superintendente da FUNPAR
Paulo Afonso Bracarense Costa

Diretor de Programas da FUNPAR
Hélio Hipólito Simiema

Diretor de Administração e Finanças da FUNPAR
Paulo Roberto Rocha Krüger

Assessor de Apoio da FUNPAR
Ocyron Cunha

Assessor de Comunicação Social da FUNPAR
Jackson Gomes Júnior

Designer da FUNPAR
Sibelle Rieping

Governador do Estado do Paraná
Roberto Requião

Secretário de Estado da Educação do Paraná
Maurício Requião de Mello e Silva

Secretária da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Lygia Lumina Pupatto

Presidente da Fundação Araucária
José Tarcísio Pires Trindade

Presidente - GT Clóvis Moura
Glauco Souza Lobo

Coordenador da CIAI - GT Clóvis Moura
Geraldo Luiz da Silva

Coordenação Geral - GT Clóvis Moura
Jayro Pereira de Jesus

Coordenação de Ação no Campo - GT Clóvis Moura
Clemilda Santiago Neto

Arquivo Iconográfico - GT Clóvis Moura
Fernanda Castro Paula
Maria do Socorro Araújo

Prefácio

Prefácio

Compilar em uma publicação a história da presença dos negros no Paraná não é uma tarefa fácil, por conta da escassa bibliografia existente sobre o tema. O Estado que se considera terra de todas as etnias sempre relegou a segundo plano a existência e importância dos seus filhos negros na sua formação sociocultural. Este livro é uma tentativa de lançar luz sobre o obscurantismo que lhes foi imposto pela história oficial e apresentar a vida e a face dos remanescentes de quilombos.

A FUNPAR (Fundação da Universidade Federal do Paraná) sintetizou as pesquisas realizadas pelo Grupo de Trabalho Intersecretarial – do Governo do Paraná – Clóvis Moura, que desde 2004 tem mapeado as comunidades negras tradicionais no Estado. Até 2008, foram encontrados 90 agrupamentos. No entanto, esta publicação retrata somente os 36 quilombos já certificados pela Fundação Palmares, instituição vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela identificação desses grupos no Brasil.

O leitor agora tem a possibilidade de passear pela história e conhecer as principais características culturais dos quilombolas paranaenses. Em todos os capítulos, os registros iconográficos apresentam o rosto desse povo guerreiro, que se encontra espalhado Paraná afora. No primeiro capítulo, o texto estabelece uma perspectiva histórica da presença do grupo no Estado. O segundo capítulo apresenta os registros de formação das comunidades, os quais foram elaborados com informações levantadas pelos pesquisadores do Grupo de Trabalho Clóvis Moura. No terceiro, encontram-se traços culturais quilombolas, tais como: religiosidade, sistema de organização do trabalho, tecnologias desenvolvidas e importância feminina nas comunidades.

Com este livro, FUNPAR e UFPR fazem um reconhecimento público da importância da etnia negra, que, por meio do conhecimento tecnológico e trabalho, contribuiu para estabelecer os pilares de nossa sociedade. Agradecemos a todos os envolvidos no projeto, em especial ao Grupo de Trabalho Clóvis Moura, à Secretaria Estadual da Educação do Paraná, à Secretaria Estadual da Ciência e Tecnologia do Paraná, à Fundação Araucária e à Fundação Palmares, do Ministério da Cultura, que nos apoiaram e compartilharam do nosso sonho: registrar estes fatos.

Jackson Gomes Júnior
Jornalista

Sumário

prefácio 7

apresentação 11

introdução 13

1 | contextualização e perspectiva 17

2 | as comunidades 22

adrianópolis 24

bocaiúva 33

campo largo 34

candói 35

castro 38

curiúva 42

doutor ulisses 44

guaira 45

guarapuava 46

guaraqueçaba 47

ivaí 49

lapa 51

palmas 54

ponta grossa 56

são miguel do iguaçu 58

turvo 59

Sumário

3 | traços culturais 61

trabalho 62

religiosidade 71

tecnologia 81

construções 87

cabeças coroadas: para além da cozinha 99

Apresentação

Reconhecer um passado, transformando-o em uma memória viva e presente, é um dos trabalhos que a sociedade brasileira está aprendendo a fazer e que muito ainda tem a contribuir para o desenvolvimento do Brasil. A importância dos negros na identificação social e cultural brasileira é um resgate que não se prende apenas à legislação, como o reconhecimento à terra, presente na Constituição de 1988, mas deve estar ligada a ações em todas as linhas de atuação. O exemplo que vemos aqui, nesta obra que expõe as comunidades remanescentes de quilombos, num relato fotográfico que vai além das palavras, faz-nos refletir sobre a real importância que o brasileiro dá ao seu passado, ao seu presente e ao futuro. Por isso, na Universidade Federal do Paraná, o processo de reconhecimento da incomensurável contribuição da comunidade negra ao País foi transformado em programa voltado à inclusão de negros na universidade pública brasileira. Precisamos fazer hoje para nos orgulharmos no futuro.

Com o estímulo à discussão em torno do Programa de Cotas na UFPR, suscitamos o olhar de servidores e estudantes ao tema e possibilitamos que informações fossem disseminadas para ampliar o conhecimento. Sabíamos que a construção em torno do tema seria trabalhosa e propusemos àqueles os quais junto à Reitoria administram a Universidade que se debruçassem sobre a discussão e oferecessem subsídios à tomada de decisão. Foi dessa forma que a mais antiga universidade brasileira se tornou exemplo para o País no processo da inclusão de negros em seus cursos de graduação e, há quatro anos, muda o curso da História em termos de oportunidades na formação educacional. Com a inclusão de negros em cursos que historicamente não eram acessados por essa comunidade, a Universidade ganha em termos de respeito ao ser humano e põe em prática uma de suas premissas, que é a diversidade, não apenas de pensamento, mas da própria condição humana.

Temos a convicção de que a universidade pública brasileira tem muito a contribuir nas mudanças pelas quais o País precisa passar para reconhecer a importância do negro em sua sociedade e acabar com o preconceito, que diminui o homem perante os seus. Na convivência universitária, na qual a qualificação se dá pela condição do pensamento e na construção de novas teorias que permitem a evolução social, a Universidade Federal do Paraná tem procurado dar a sua contribuição. A discussão está posta e os negros, que passaram a ser realidade nas salas de aula, têm muito a contribuir para promover esta mudança.

Tanto as ações como a iniciativa da FUNPAR – Fundação da Universidade Federal do Paraná – de produzir este relato fotográfico são de grande importância para nos ajudar a descortinar uma realidade que até o presente momento não tinha uma forma de se expressar, fazendo-nos reconhecer a imensa população negra do Estado do Paraná. Que a força da vontade humana em construir o bem possa sobrepujar o preconceito.

Carlos Moreira Júnior
Reitor da Universidade Federal do Paraná

Introdução

“Alguém sabe alguma coisa sobre quilombos no Paraná?!?”

Essa foi a pergunta de Jéssica, uma estudante do ensino fundamental ou médio, em um sítio de busca da rede de computadores. E ela continua: “estou fazendo um trabalho escolar, mas na internet não encontrei nada... por favor me ajudem...”.

O apelo quase desesperado da aluna revela alguns aspectos de uma realidade pouco desvendada no Paraná e mesmo no Brasil. Se por um lado não há informações acessíveis sobre o que foram os quilombos no Sul do País, e mesmo a importância, o tamanho e o significado da colonização negra nos Estados da região, e muito particularmente no Paraná, por outro revela que essa discussão tem sido instigada entre os estudantes do ensino formal por alguns poucos mestres sensíveis à questão.

Pela relevância da presença dos negros no Estado, tanto no que diz respeito à sua formação étnica e cultural, como a aspectos econômicos da evolução histórica paranaense, era de se esperar que as bibliotecas das nossas escolas pudessem ter material minimamente suficiente para a realização de uma pesquisa escolar como a que foi proposta para Jéssica e seus colegas. Mas esta não é a nossa realidade. Falta-nos bibliografia que trate da questão. Naturalmente que este fato deve-se ao pouco valor que se dá ao assunto, tanto pelos organizadores de bibliotecas como, fato mais grave, pelos próprios redatores de livros didáticos e também de pesquisadores que se dediquem ao tema.

Que importância então teve a colonização negra, submetida à escravidão, na conformação de nossa sociedade nos seus mais diferentes aspectos? Que reflexos ela trouxe aos dias de hoje? Quantos foram e quantos são os afrodescendentes no nosso Estado? Como essa imigração negreira trouxe costumes do Continente Africano ao nosso modo de viver e de ver o mundo? O que afinal foram os quilombos?

Não faz parte do escopo deste livro de ilustrações fazer uma investigação sistemática de como vivem e quem são as populações remanescentes dos quilombos. Desejamos, no entanto, com esta publicação, dar pistas para que as questões levantadas possam merecer o interesse de historiadores, sociólogos, demógrafos, antropólogos, economistas, educadores e pesquisadores das mais diferentes áreas, para que possam dedicar um pouco de sua curiosidade e de sua “expertise” a esta matéria.

Na primeira metade do século 19, o número relativo de escravos negros chegou a 40% da população da província do Paraná, que se emancipou politicamente em 1853. Mas, a partir dos primeiros anos da segunda metade daquele século, iniciou-se o esgotamento do sistema econômico baseado na escravidão. Ao lado do trabalhador livre, os escravos trabalhavam na colheita, transporte e comercialização da erva-mate. O engenho de soque foi substituído pelo hidráulico e este, pelo engenho a vapor, e a mão-de-obra escrava tornou-se incompatível com as inovações tecnológicas.

Naquele momento, a reação dos escravos contra a exploração de seu trabalho intensificava-se. Os assassinatos, maus-tratos e humilhações, acrescidos do abandono quando velhos e doentes, eram respondidos por vezes com o suicídio, mas principalmente com a revolta e com a fuga seguida da organização de comunidades autônomas chamadas de “quilombos”. Foi aqui no Brasil que essa palavra assumiu tal conotação. Na sua origem, os termos “kilombo” (kimbundo) ou “ochilombo” (umbundo) designavam entrepostos utilizados por populações nômades que faziam o comércio de cera e escravos em países da África.

Os quilombos ficavam em lugares de difícil acesso, escondidos nas matas, selvas ou montanhas, formando aldeias, onde os seus habitantes, os quilombolas, dedicavam-se à economia de subsistência e, às vezes, ao comércio. Alguns deles tentaram reproduzir a organização social africana, inclusive com a escolha de reis tribais.

A maioria dos quilombos teve existência efêmera, pois, uma vez descobertos, a repressão a eles era marcada pela violência dos senhores de terras e de escravos, com o objetivo de reaver os fugitivos e puni-los exemplarmente. Outros, devido ao seu isolamento, ainda deixaram traços remanescentes que alcançam os dias de hoje.

Este livro reúne os esforços de várias instituições na busca de dar maior visibilidade às comunidades oriundas de quilombos no Estado do Paraná. A FUNPAR e a UFPR, juntamente com o Grupo de Trabalho Clóvis Moura, equipe intersecretarial do governo do Paraná, encontraram apoio na Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, através da Fundação Araucária, e na Fundação Palmares do Ministério da Cultura, para reunir e publicar a pesquisa realizada pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, que retrata pessoas e situações das 36 comunidades já reconhecidas como “remanescentes” pela Fundação Palmares, entre as 90 mapeadas no Estado.

Acompanham as fotografias alguns poucos textos que procuram desvendar aspectos da realidade em que vivem e/ou viveram os habitantes dos quilombos e os demais afrodescendentes, que representam pelo menos um quarto da nossa população.

Prof. Paulo Afonso Bracarense Costa
Diretor Superintendente da FUNPAR

O Paraná que se mostra Negro e Quilombola

Uma nova visão se revela sobre o Paraná: a de um Estado multiétnico, com um grande contingente populacional de origem européia, como sempre se soube, mas agora publicizado, com uma população afrodescendente de tal porte que o torna o Estado negro do Sul do País (23%, IBGE, AC 2000; 24,5% IBGE, PNAD 2007).

Ainda assim, este Estado negro desconhecia, ou procurava ignorar, a realidade sabida sobre os demais Estados da federação, a intensidade da escravidão e os quilombos resultantes da resistência negra.

O Estado, por muitos anos, foi apresentado como um local de descendentes de europeus, com uma pequena parcela de orientais e outra, menor ainda, de indígenas; a invisibilidade negra era sentida e vivida. Depois do censo de 1988, com o recorte étnico-racial na metodologia do IBGE, descobriu-se que o Paraná é o Estado mais negro da região Sul do País.

Em que pesem os saberes resultantes das pesquisas nos vários níveis de pós-graduação ("Lato" e "strictu sensu") no Estado, os sucessivos governos insistiram em ignorar, desconhecer, esse "Outro" significativamente importante na nossa construção e desenvolvimento.

O que não se esperava é que o Estado historicamente considerado europeu ou europeizado, além de ser reconhecido como de expressiva população negra, se descobrisse com uma geografia na qual a existência de Comunidades Negras Tradicionais, de Comunidades Remanescentes de Quilombos e de "Terras de Preto" tivesse a dimensão que se constatou.

Os espaços de liberdade buscados por negros e negras no Paraná também se constituíram como espaços de resistência e manutenção dos traços culturais que os identificam e os certificam como descendentes efetivos dos africanos escravizados.

O Levantamento Básico das Comunidades Negras Tradicionais e de Remanescentes de Quilombos, rurais e urbanos, efetivado pelo atual Governo do Paraná através do Grupo de Trabalho Clóvis Moura, além de se constituir em um projeto inovador, certamente causará impacto em toda a sociedade brasileira. O esforço da FUNPAR para a publicação deste material demarcará não só um tempo histórico como servirá para reafirmar a necessidade de práticas de reconhecimento e de profundo respeito às alteridades, aos quilombolas, trazendo-os para a cena pública em uma concretude de relações substantivas, com acesso pleno aos direitos da cidadania que os tirem da situação a que por séculos estavam submetidos.

Às ações das políticas públicas do Estado e da União, que têm contribuído para a afirmação da singularidade dos referidos grupos, somem-se às da Academia e da Sociedade Civil. Essas iniciativas vêm alterando significativamente a qualidade de vida das populações quilombolas e devem ter continuidade. Oxalá possamos projetá-las para o futuro como "Políticas de Estado".

Glauco Souza Lobo
Presidente do Grupo de Trabalho Clóvis Moura

1

contextualização e perspectiva

Uma grande terra, com gelo ao Norte e ao Sul em seus extremos, com um oceano lhe banhando o Leste e outro, o Oeste. Terra habitada por muitas nações e povos, cujos olhos avistaram, em um belo dia, embarcações de tamanho e formas que não lhes eram conhecidos. Delas, por meio de outras menores, desceu uma outra gente, um tanto diferente desta. O mundo como conheciam os europeus, os vindouros, tornou-se, então, bem maior.

A América pareceu ser Índia aos olhos dos recém-chegados, que não passeavam, mas "descobriam". Do outro lado do oceano, no Continente Africano, alguns milhões de seres humanos, que em breve deixariam de sê-lo, preparavam sua mudança. Deste lado do Atlântico, encontrariam uma nova dimensão de algo que o mundo e eles próprios conheciam de há muito e que aqui, no entanto, desenvolveria contornos muito mais dramáticos¹.

A ocupação, exploração e colonização do Continente Americano engendraram o desenvolvimento da escravidão com contornos absolutamente genuínos na sua intensidade, violência e legado, tanto para as sociedades americanas nascidas sob este signo, quanto para os povos envolvidos nesse processo (ameríndios, africanos e europeus). O relacionamento entre eles se deu com base em uma hierarquização.

A escravização não é, definitivamente, algo com que se possa lidar, ao menos na condição de escravo, com tranqüilidade, paciência e fé. Convém lembrar que a maioria dos indivíduos escravizados tinha dificuldades de comunicação, pois foram separados do grupo de origem e posteriormente reunidos com negros de outros grupos lingüísticos. A resistência teve de se dar por intermédio de subterfúgios que se inscrevem entre o criativo e o desesperado. Resistiu-se à violência da escravização pelo "corpo mole", pela negociação, pelo assassinato de feitores, pelo suicídio e pelas tentativas de fuga e conseqüente formação do que se convencionou denominar quilombos.

A economia colonial de base primário-exportadora fez espalhar, por todo o Continente Americano, milhões de africanos e seus descendentes, cuja inteligência, conhecimento de técnicas de produção e força se constituíram na pedra fundamental que fez

erigir novas nações, à imagem e semelhança do modelo colonizador europeu. Inclusive no que tange aos vícios do Antigo Regime, tais como a corrupção, a desigualdade entre os grupos sociais e o despotismo.

No Novo Mundo, sobretudo nas regiões submetidas a um processo de colonização denominada pelos historiadores de colônias de exploração, desenvolveram-se nações com sociedades profundamente desiguais, tanto na perspectiva da inclusão socioeconômica, quanto no aspecto da participação política. Essas características estão presentes até hoje na sociedade brasileira. A permanência desse viés excludente empurrou para a marginalidade ou para o isolamento grande parte da população negra deste país, em que pese o fim da escravidão ter sido decretado no final do século 19.

No limiar do século 21, o Estado do Paraná retirou, pela ação do Grupo de Trabalho Clovis Moura², o véu que invisibilizava quase uma centena de comunidades negras, isoladas em alguns pontos do território paranaense. Elas estão instaladas, basicamente, ao longo do Vale do Ribeira, passando pela Região Metropolitana de Curitiba (Município de Campo Largo) e chegando a cidades como Ponta Grossa, Castro e Jaguariaíva. Também estão presentes em áreas mais extremas, como a cidade de Guaíra.

Filhas, talvez não tão diletas, da escravidão, essas comunidades são também uma herança da marginalização que perseguiu os descendentes de escravizados na sociedade brasileira, de sorte que muitas delas, embora formadas a partir da compra ou recebimento por herança das terras em que estão instaladas, ainda sofrem com o assédio, violência e má-fé que têm resultado na perda de parte significativa de seu território. A ausência da terra inviabiliza seu modo de vida e de organização, tanto do ponto de vista econômico, quanto no aspecto da sobrevivência de elementos identitários essenciais à manutenção do modelo civilizatório de que são originárias essas pessoas.

Uma comunidade remanescente não é apenas um grupo humano unido, assentado sobre um pedaço de terra, no qual produz para a sua subsistência ou, em alguns casos, com a produção de excedentes que podem ser comercializados. Seu território configura-se como um espaço econômico, mas também cultural. Assim, a perda da posse ou propriedade da área historicamente ocupada não pode ser solucionada pura e simplesmente pela realocação em um outro espaço. O que o grupo quilombola é e seus vínculos com a ancestralidade, a despeito de, na maior parte dos casos, tais elementos se apresentarem de modo difuso e fragmentado, é o que estrutura sua existência. Isso não pode ser reconstruído. É nisso, aliás, que repousa essencialmente o princípio filosófico e sociocultural que norteia o decreto 4.887, o qual regulamenta o artigo 68 da Constituição Federal, no capítulo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dispõe sobre a questão dos territórios de comunidades remanescentes de quilombos.

Há aspectos "sui generis" no que tange aos traços culturais presentes nas Comunidades Negras Tradicionais do Paraná, cuja sobrevivência não é consciente, por assim dizer, por parte dos membros das comunidades, e sequer trata-se de algo homogêneo. A soma desses traços caracteriza o termo consagrado que a historiografia tipifica de "permanências" e, possivelmente, constituiu-se nas pontas por meio das quais poderá ser puxado o fio da memória ancestral. É a partir dela que a reconstrução da autoestima, oriunda da reelaboração do auto-conhecimento, se fará. O necessário preceito da existência digna e cidadã é elemento

que guarda no seu cerne respostas a questões tão sérias quanto banalizadas e, no entanto, mais que necessárias, tais como "Quem sou?" e "De onde vim?".

Na busca por respostas a tais perguntas, o negro brasileiro, e especialmente o remanescente de quilombo, ao encontrar informações relativas ao sofrimento nos tumbeiros ou no eito das lavouras canavieiras, ou ainda nos engenhos de açúcar; ao ver a imagem de seus ascendentes nos livros didáticos (sem a necessária abordagem crítica do processo de construção dessa sociedade e da própria escravização), acorrentados, açoitados nos troncos, desnudos e à venda nas praças dos mercados; ao ver a si e aos seus representados na televisão na condição de serviçal ou na reprodução do intelectualmente incapaz, encontrará respostas que o poderão levar ao conformismo, à resignação e, possivelmente, à apatia e à depressão.

Sendo outras as informações, como por exemplo o legado cultural, artístico, científico e, a contragosto de parte significativa da academia, filosófico do Continente Africano ao mundo, o referencial de negritude muda. Se o negro brasileiro encontrar informações que permitam compreender o motivo que leva remanescentes de quilombos ainda hoje a construir, em algumas comunidades, suas cozinhas fora do corpo da casa, de ressignificarem alguns ritos da religiosidade ocidental a partir de traços culturais tipicamente africanos, ainda que inconscientes; se os fios da memória conduzirem a um passado de existência digna, isto é, diferente, mas não desigual em relação ao modelo hoje hegemônico, então as respostas possibilitarão aos quilombolas, especificamente, e aos negros, de modo geral, um fortalecimento do Eu coletivo e individual e a conseqüente ampliação da capacidade de traçar estratégias de resistência³.

Ao desvelar ao País e ao mundo seus quilombos, o Paraná precisa rever a própria história. Os pouco mais de 24% de negros na composição da sociedade paranaense nos configura como o Estado de maior população negra do Sul do Brasil, e isso significou pouco até o presente momento.

O aparecimento de quase uma centena de comunidades negras rurais indica outros caminhos, porque sugere outras bases para a construção deste Estado. Por um lado, a inegável participação do negro na economia paranaense desde os primeiros tempos, exigindo, portanto, uma complementação ou correção da famosa imagem criada para representar o "Semeador do Paraná". Há, sem dúvida, outros elementos étnicos compondo esse grupo, para além dos descendentes de europeus, tais como índios e negros. Por outro lado, tanto a quantidade quanto a localização da maioria das comunidades negras tradicionais atestam a marginalização a que foi submetido o povo negro, haja vista o fato de que as comunidades estão, na sua maioria, instaladas nas regiões de mais baixo IDH do Paraná e, nelas, bastante distantes das sedes dos municípios, longe da atenção do poder público e carentes de políticas que atendam às suas necessidades. Assinale-se que isso não ocorre apenas nessa unidade da federação.

No caso das comunidades de que trata este trabalho, os quilombos já certificados no Estado do Paraná, há situações em que a definição do município a que pertencem só foi possível pelo uso do GPS. Esse trabalho foi efetuado pelo Instituto de Terras, Cartografia e Geo-referenciamento do Estado do Paraná (ITCG). Foi a partir disso que se pôde informar a alguns prefeitos que em seus municípios havia comunidades remanescentes de quilombo.

É mister, portanto, que sejam implementadas diretrizes e ações pensadas em uma perspectiva na qual o recorte étnico seja levado em conta. Desse modo, esses indivíduos serão incluídos qualitativamente no processo de organização socioeconômico e político, assim como as referidas medidas serão elaboradas e executadas com base em um viés histórico, sociológico e antropológico que fundamentam a sua constituição e sobrevivência. A boa e velha especificidade.

Geraldo Luiz da Silva
Jayro Pereira de Jesus
GT Clóvis Moura

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alcioly Therezinha Gruber de. e MARCONDES, Gracita Gruber. *Escravidão e Trabalho em Guarapuava*. Guarapuava: Universidade Estadual do Centro Oeste; 1991.
- FREITAS, Décio. *O Escravidão Brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.
- FERRO, Marc (org) *O Livro Negro do Colonialismo*. Tradução Joana Angélica. RJ: Ediouro, 2004.
- FURTADO, Celso. *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense, 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- LINHARES, Maria Yeda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Terra Prometida*. Ed. Campus, 1998.
- PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Ed. Brasiliense, 1991.
- RIBEIRO, Darcy. *Povo Brasileiro - A Formação e o Sentido do Brasil*. Ed. Companhia das Letras, 1995.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os Africanos no Brasil*. Ed. UnB, 2004.
- SCHRITZMEYER, Ana Lúcia Pastore. *Sortilégio de Saberes: curandeiros e juizes nos tribunais brasileiros (1900 – 1990)*. São Paulo: IBICCRIM, 2004.

¹ Ver FREITAS Décio. In: *O Escravidão Brasileiro*. 2ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

² Criado pela Resolução Conjunta 01/2005 para o mapeamento e levantamento básico das condições gerais de Comunidades Tradicionais Negras Rurais, cujos indicativos – via Movimento Negro, e educadores da Rede Pública Estadual – davam conta da existência de algo em torno de uma dezena de comunidades que poderiam se configurar como Remanescentes de Quilombos. O trabalho, desenvolvido ao longo dos dois anos seguintes, já levantou cerca de 80 comunidades, sendo que 40 delas já foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares, a partir das suas autodeclarações, enquanto Remanescentes de Quilombo.

³ Termo extraído da física, e que tem relação com a capacidade de um sistema para superar o distúrbio imposto por um fenômeno externo e inalterado. No dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, encontra-se: propriedade de retornar à forma original após ter sido submetido a uma deformação ou capacidade de se recobrar ou de se adaptar à má sorte, às mudanças (do "latim *resilientiae*", part. Pres. Pl. neut. de "*resiliere*", "recusar vivamente").



2

as comunidades

as comunidades

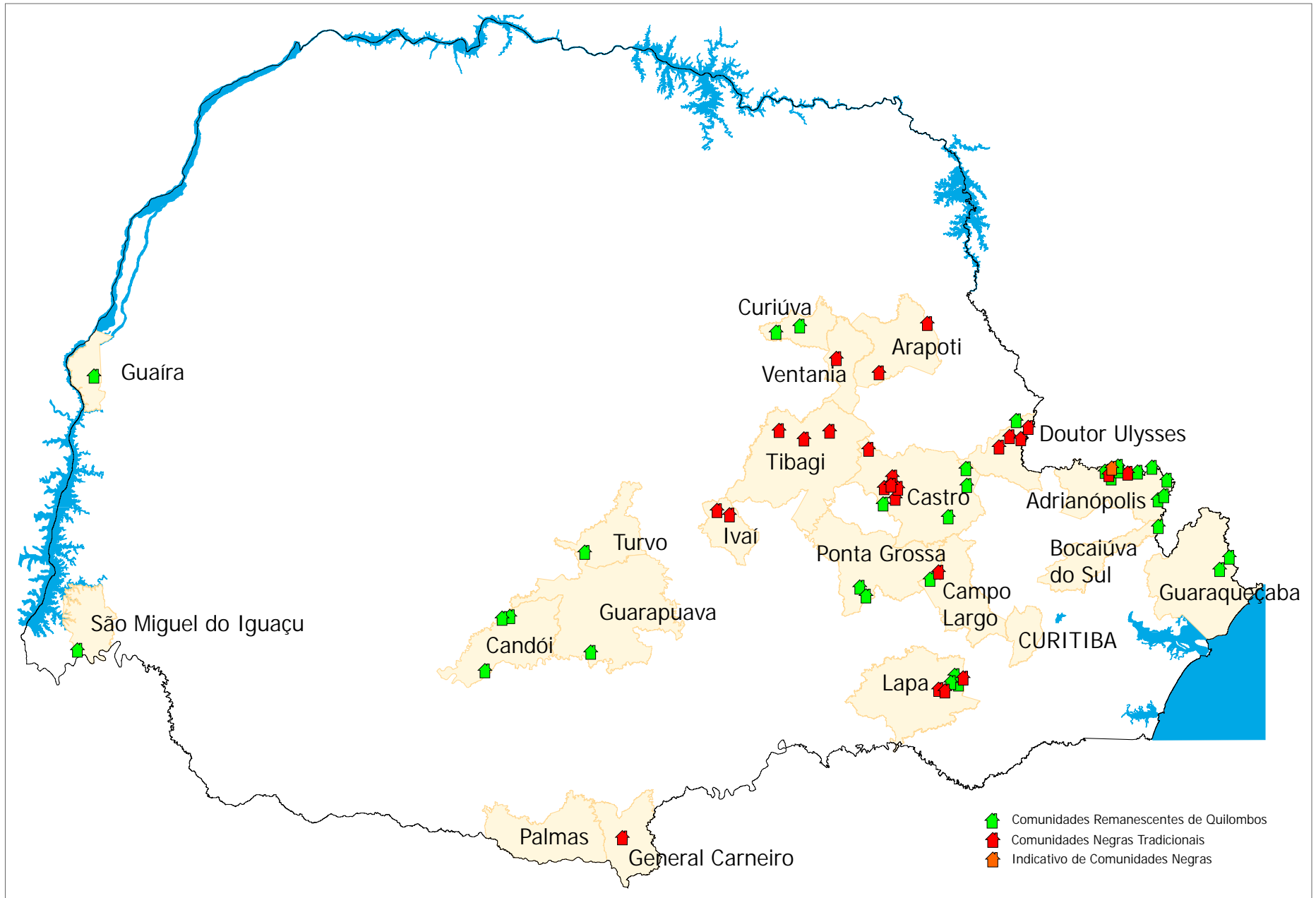
Possivelmente por influência da imagem que temos das Comunidades Indígenas, ao pensarmos em uma Comunidade Quilombola, tendemos a imaginá-la como um agrupamento de moradias próximas umas das outras, de modo que seja possível, por exemplo, visualizarmos o seu espaço principal em uma única imagem. Desse modo, caberia no campo passível de captação pela objetiva de uma máquina fotográfica. Em geral, isso não é possível. Quase sempre o que se pode visualizar num quadro único é um número pequeno de construções, às vezes uma única, ou pequenos grupos de casas que estão isolados uns dos outros.

A idéia de comunidade não se constitui necessariamente pela proximidade física entre as famílias nucleares ou entre as famílias extensivas, que no seu conjunto formam a comunidade. Há casos em que os núcleos iniciaram em função da quantidade de famílias extensivas, que se diferenciam pelo sobrenome. Cada núcleo começou de um tronco familiar e, em torno desses "casais primeiros", foram se organizando e com o tempo se definindo. O conjunto desses espaços e famílias é intitulado "Comunidade Negra Rural Tradicional" e aquelas em que se fez a autodeclaração e, por conseqüência, se obteve a certificação, são conhecidas por Comunidades Remanescentes de Quilombo. Cerca de 90 comunidades foram mapeadas no Paraná e 36 delas certificadas pela Fundação Cultural Palmares.

Fundamentalmente, uma Comunidade Negra Tradicional é a soma das pessoas que a compõem. Elas são um coletivo e muito próximas umas das outras, mesmo quando a distância física as separa. A proximidade afetiva, de parentesco ou amizade, não se dá apenas no interior de cada comunidade. Boa parte dessas pessoas identificadas pela Coordenação de Ação no Campo do Grupo de Trabalho Clóvis Moura foi encontrada a partir de informações recebidas no contato com outras comunidades com as quais aquelas se relacionavam.

Essas pessoas, mesmo quando se as fotografa uma a uma, preservam sua individualidade. Ao mesmo tempo carregam um pouco umas das outras, por conta das experiências que vivenciaram ao construir e manter o grupo social a que pertencem. Cada um desses indivíduos é partícipe e co-responsável pela preservação da cultura e do espírito quilombola. As pessoas que integram essas comunidades e um pouco de suas vidas estão, em parte, nos registros fotográficos que envolvem e sucedem estas linhas.

comunidades remanescentes de quilombos e comunidades negras tradicionais



adrianópolis joão surá

A comunidade existe há 200 anos. Os pioneiros chegaram ao local fugindo da escravização de uma mina de ouro existente no Município de Apiaí, em São Paulo. No início, o quilombo era uma vasta área, que com o tempo foi reduzida. Por isso, vários núcleos hoje formam comunidades separadas. Conta-se que o quilombo recebeu este nome por conta da existência de uma cachoeira no rio Pardo, na qual teria morrido, em naufrágio, o garimpeiro francês conhecido na região como João Surá, face ao peso do ouro na sua mochila.



Núcleo Guaracuí - Sr. Paulo de Andrade Filho e Dona Aparecida Pontes Andrade. Artesão, garimpeiro e memória viva da comunidade, com suas histórias, "seu Paulico" – como é conhecido – ajuda a preservar a identidade dos quilombolas.

adrianópolis praia do peixe



Dona Leonor e seu Francisco – liderança na Associação dos Moradores do quilombo.

Aproximadamente em 1806, duas pessoas vieram fugidas de Iguape, município localizado no Estado de São Paulo: Francisco Pires e seu irmão Juca Pires. Francisco fugiu ribeirão acima, abriu a mata com um machado, fez uma oca com folhas e sobreviveu da pesca, raízes e frutas. Ele se casou com uma índia e dessa união surgiram os integrantes da comunidade. Quase toda área ocupada foi recebida de herança.

adrianópolis porto velho



A comunidade ocupa a terra desde os anos de 1750. O relato dos negros escravizados ainda está na memória dos membros mais antigos da comunidade. O conhecimento foi transmitido pelos tataravós, bisavós, avós e pais, através da tradição oral. As histórias de sofrimento narram o trabalho realizado sem nenhuma remuneração, somente para cumprir a lei, e castigos nos quais homens negros podiam ficar três dias sem comer. A tentativa de fuga geralmente era seguida de castigos corporais.

adrianópolis sete barras



Os moradores mais antigos chegaram em meados do século 19, segundo um cálculo que leva em conta o número de gerações que já habitou o local. A família mais tradicional é da Senhora Escolástica Matos de Lima, mas seus descendentes não conhecem os motivos que levaram os primeiros moradores a se instalar na região, tampouco como foi o trajeto realizado até o quilombo.

adrianópolis córrego das moças

Os mais antigos dizem que, quando os negros fundadores da comunidade chegaram, não havia fazendeiros na região, somente outros negros. A comunidade optou pelo reconhecimento como remanescente de quilombo, pois preferiu abdicar da propriedade individual para trabalhar em conjunto em busca de melhores condições de vida para o grupo.



adrianópolis são joão



Estão na região desde os anos de 1760. Habitavam a área do Parque das Lauráceas e, no fim da década de 1980, os quilombolas foram transferidos pelo governo estadual para o local que hoje ocupam.

adrianópolis córrego do franco

As famílias que moram na comunidade estão no mesmo local há aproximadamente cinco gerações. Ricardo Morato, que nasceu em 1913, diz que seus tataravós já nasceram e se criaram no Córrego do Franco, assim como todos os seus ancestrais. Na lembrança coletiva da comunidade, os escravos eram pessoas "roubadas" da África, trazidas para o Brasil contra a própria vontade, e que trabalhavam gratuitamente.



adrianópolis estreitinho

Os integrantes são egressos de outras comunidades negras tradicionais. A comunidade está situada em Adrianópolis, no Vale do Ribeira, local repleto de quilombolas. Por fazer divisa com o Estado de São Paulo, esse grupo possui muitos negros oriundos de comunidades do Estado vizinho, bem como de outros grandes quilombos do Município de Adrianópolis.



adrianópolis três canais



Os primeiros moradores do local eram quilombolas do Município de Cananéia, Estado de São Paulo. Chegaram à região no início do século 20, em busca de terras para plantar e viver coletivamente.

bocaiúva areia branca

Os integrantes da comunidade são oriundos de quilombos da região do Vale do Ribeira. Por conta da miscigenação com outras etnias, muitos moradores do local apresentam traços físicos de mamelucos, cafuzos e mulatos, características que são comuns em grande parte da sociedade brasileira.



campo largo palmital dos pretos

A comunidade foi formada por famílias que vieram de várias regiões: como o seu Brasília e seu Librano José de Deus, originários da Comunidade do Sutil, em Ponta Grossa; a família Ferreira Pinto, que veio da fazenda Santa Cruz, também em Ponta Grossa; e de outras famílias que migraram das comunidades de Pugas e Bolo Grande, no Município de Palmeira.



candói despraiado

Os quilombolas relatam que seus avós foram escravizados na Fazenda Sepultura. Após a libertação, os negros continuaram trabalhando na propriedade, em regime próximo ao da escravidão. Eles moravam em casas de "taipa", construídas de "bambú taquara" e cobertas com folhagens de palmeiras.



candói vila são tomé

Os primeiros moradores do local eram negros e seus descendentes, a família Tomé. Estão na terra desde, aproximadamente, 1750. E eles não sabem contar qual é a origem da família, mas afirmam que todos eram agricultores, pois o ensinamento foi transmitido a cada nova geração. A situação dos pioneiros da comunidade contrasta com a realidade atual, em que os quilombolas já não têm mais terras para plantar.



candói cavernoso

Os primeiros moradores começaram a chegar ao local em torno dos anos de 1760. A terra é de posse da comunidade e está cadastrada no Incria (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com 10 alqueires. Nesta foto, reunião da pesquisadora do GT Clóvis Moura, Clemilda Santiago Neto, durante o levantamento que identificou o quilombo.



castro serra do apon



Os ancestrais dos atuais moradores do local foram escravizados na fazenda Capão Alto, no Município de Castro, que pertencia à Congregação dos Padres Carmelitas. Naquela propriedade, viveram durante 100 anos como homens livres, de forma organizada e produtiva, sem a presença dos Carmelitas, que abandonaram o local. Quando a congregação, após este período de “liberdade”, resolveu vender as terras e os negros escravizados, estes, percebendo que voltariam ao cativeiro, provocaram uma rebelião (a última do Paraná). Os que conseguiram escapar fugiram para a Serra do Apon, atualmente, bairro rural do Município de Castro.

castro limitão



Ocuparam o local no início do século 20. Contam que seus ancestrais vieram do Rio Grande do Sul, mas algumas famílias são aparentadas da comunidade da Serra do Apon.

castro mamãs



Segundo história contada pelos negros, a terra foi deixada por herança para dois irmãos. Na infância, eles eram chamados de mamãos, uma referência ao apetite dos nenês ao mamar. Da alcunha surgiu o nome da comunidade Mamãs, que é formada pelas famílias descendentes daqueles dois irmãos. A comunidade está dividida em dois núcleos, com uma distância entre eles de aproximadamente 70 quilômetros. Dados recentes de levantamentos feitos por satélite apontam que uma das comunidades está situada no Município de Cerro Azul.

castro tronco

Os moradores não sabem precisar se a comunidade se formou como resistência ou se os primeiros moradores do local eram pessoas alforriadas. O certo é que o quilombo formou-se com negros que foram escravizados na fazenda Canhaporanga, no Município de Castro.



curiúva água morna

Os negros receberam como herança a Fazenda Água Morna, na qual viviam em regime de escravidão. As famílias da comunidade descendem daqueles escravos que ficaram com as terras.



curiúva guajuvira



A comunidade nasceu de uma história de amor. O dono da fazenda, apaixonado pela escrava Rita Francisca – que recebeu esse nome por conta da devoção de sua mãe a Santa Rita dos Impossíveis – casou-se com a jovem menina. Quando seu marido morreu, ela libertou os negros da região e os acolheu. Venerada pelo povo, começou a ser chamada de mãe, por isso os quilombolas da comunidade acreditam que são parentes. Todos os anos, Rita, que adotou a devoção materna, realizava festas em homenagem a Santa Rita dos Impossíveis. Em tributo à matriarca, o grupo construiu uma capela para Santa Rita dos Impossíveis. Hoje muitos negros do local consideram Dona Rita a santa padroeira da comunidade.

doutor ulisses varzeão



A terra foi herdada por Dona Carolina Maria de Souza, única filha de João Alves de Souza, tropeiro que abastecia de carne as tropas brasileiras durante a Guerra do Paraguai. João Alves de Souza recebeu as terras do Império pelos serviços prestados à nação, no início da década de 1870. A extensão e limites da propriedade encontram-se relatadas no documento que está com a família. Dona Maria Carolina casou-se com um dos escravos de seu pai, Feliciano Guimarães de Castro. As famílias da comunidade descendem dessa união.

guaíra manoel ciríaco dos santos



A comunidade fixou-se no Paraná, após sucessivas tentativas de resistência à escravidão. O negro José João Paulo e sua esposa, negra Maria Joana, eram escravizados no Estado de Minas Gerais. Eles trabalhavam no garimpo e tiveram vários filhos. Entre eles, Joaquim Paulo dos Santos, que se casou com Maria Izidora dos Santos, ambos alforriados. Como seus pais, os dois trabalharam em garimpos e lavouras de cana e café. Desse casamento nasceu Manoel Ciríaco dos Santos que, depois de muito trabalhar para os fazendeiros em Minas Gerais como homem livre, foi para São Paulo e, finalmente, para o Estado do Paraná, na década de 1960, fixando sua comunidade no Patrimônio do Maracajú dos Gaúchos, no Município de Guaíra.

guarapuava invernada paiol de telha



Originalmente a comunidade morava nas terras que herdara de Dona Balbina Francisca de Siqueira, na Fazenda Fundão, atual Município de Reserva do Iguaçu. No decorrer das décadas de 1960 e 1970, foram expulsos gradativamente do local e lutam, até hoje, para reaver as terras. A comunidade está dividida em grupos: um deles mora no acampamento Barranca, na beira da estrada, próximo à Fazenda Fundão, e o outro está assentado em área adquirida pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), na Colônia Socorro, distrito de Entre Rios, em Guarapuava. Existem outros descendentes que estão dispersos nas periferias das cidades de Guarapuava, Pinhão e outros municípios.

guaraqueçaba batuva



Grande parte do grupo veio do Município de Cananéia, no Estado de São Paulo. A primeira família, Américo Pontes, foi quem comprou as terras que formaram esse quilombo. No entanto, muitas áreas da região foram griladas.

guaraqueçaba rio verde

Os integrantes desse quilombo são descendentes dos negros escravizados no Município de Cananéia, Estado de São Paulo. O grupo que migrou para Guaraqueçaba dividiu-se em dois: um deles formou a comunidade Batuva e o outro deslocou-se até a região em que se encontra a comunidade Rio Verde, adquirindo as terras em uma transação financeira.



ivaí rio do meio

Os quilombolas dessa comunidade vivem da agricultura, em culturas de subsistência, mas vários deles dedicam-se ao cultivo do fumo. Sua origem, segundo os relatos, remonta ao final do século 18 e está ligada ao tropeirismo.



ivaí são roque

A comunidade formou-se no fim do século 18. Com a chegada dos imigrantes europeus, houve uma divisão religiosa no local. Apesar de os dois grupos compartilharem a mesma fé, foi construída uma outra igreja com o mesmo nome e que era freqüentada pelos imigrantes europeus.



lapa restinga



Os negros contam que eram escravizados pela família Braga e que estão no local desde o início do século 19. Atualmente ocupam o espaço que lhes foi permitido ficar, depois de libertos, pelos proprietários da fazenda.

Os negros do Feixo eram escravizados pela família Braga. Depois da abolição do trabalho escravo, permaneceram na terra, que lhes foi doada pela família.



lapa vila esperança

A comunidade é formada por descendentes dos negros que foram escravizados pela família Braga e que receberam terras na comunidade do Feixo. Há alguns anos, foram levados, por um fazendeiro local, a trocá-las por outras e, enganados, acabaram em um terreno de "invasão", a Vila Esperança.



palmas adelaide maria trindade batista



A comunidade é formada pelas famílias Batista, Ferreira, Lima, Silva, Silveira e dos Santos. O nome do quilombo é uma homenagem à dona Adelaide Maria Trindade Batista, primeira líder local. A negra Adelaide veio do Rio Grande do Sul com as primeiras expedições que chegaram à região entre 1836 e 1839. Com o tempo, ela se tornou respeitada pelo grupo: o que dizia era a lei. Acredita-se que uma parte dos negros que vivem nesse quilombo veio com a Bandeira de José Ferreira dos Santos e outra, com a Bandeira de Pedro Dias Cortes, para povoamento dos campos de Palmas.

palmas castorina maria da conceição

Dona Maria Castorina Batista, fundadora da comunidade Fortunato, que hoje leva o seu nome, veio nas primeiras expedições entre de 1836 e 1839. Os negros escravizados que integraram as Bandeiras de povoamento da região mais tarde fundaram esse quilombo. Atualmente a comunidade é composta pelas famílias Nunes, Batista e Fortunato.



ponta grossa sutil



Os moradores contam que estão nas terras, que receberam de herança dos fazendeiros, depois do fim da escravidão, desde os anos 1700. Segundo os quilombolas, a propriedade compreendia o espaço entre o Rio Tibagi ao Caniú e do Caniú a Santa Rita. Vale ressaltar que no passado Sutil e Santa Cruz formavam a mesma comunidade. Benedito Gonçalves, nascido em 1929, relata que sua bisavó era escravizada e foi uma das primeiras moradoras da terra na qual está a comunidade.

ponta grossa santa cruz

A comunidade é oriunda da "Fazenda Santa Cruz". Os negros ex-escravos da fazenda herdaram uma parte dela em 1858, formando uma pequena comunidade na Colônia Sutil, em Santa Cruz. Os escravos, libertos pelo Coronel Joaquim Gonçalves Guimarães, não tinham posse da documentação da referida herança. Ingênuos, confiaram nas palavras de estranhos e aos poucos foram perdendo as terras.



são miguel do iguaçu apepu



O fundador da comunidade, Florentinho Correa, morava com a família em Itaiacoca, dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Mudou-se com o grupo para Sanga Funda, perto do Município de Foz do Iguaçu, para dar estudo às crianças. Ficaram lá durante quatro anos e mais tarde foram para o local em que se encontra a comunidade atualmente. A terra foi sendo dividida entre eles, restando apenas 20 alqueires. O nome da comunidade faz referência a um tipo de laranja comum na região.

campina dos morenos

turvo

Localizada no limite entre os municípios de Turvo e Guarapuava, a comunidade originou-se com a fuga de indivíduos escravizados nas fazendas da região. Segundo relatos, os pioneiros se instalaram nesse local, de difícil acesso, por volta de 1850. Atualmente os quilombolas sobrevivem tanto da agricultura de subsistência quanto do trabalho nas fazendas da região. Consta que em 1870, aproximadamente, havia na comunidade cerca de 100 famílias. Hoje são 40 remanescentes de quilombos que mantêm os costumes antigos, inclusive o uso coletivo da terra para a agricultura, moradia e criação de suínos.





3

traços culturais



Desde a expansão europeia, iniciada no século 16, foi se construindo a idéia de que civilização é sinônimo de europeização dos costumes. Qualquer outro modo de existência configura-se como hierarquicamente inferior, quando não explicitamente tipificado como bárbaro, incivilizado, primitivo. Felizmente alguns traços desses outros modelos civilizatórios sobreviveram, a despeito da desvalorização de que foram vítimas as etnias e os povos que os criaram.

No Brasil, tem se expandido o reconhecimento da presença e importância dos afrodescendentes na formação social do País. Nos quilombos brasileiros, pontos geográficos de resistência, a musicalidade, a união e a fé estabeleceram um panorama civilizatório diferenciado. Alguns resquícios de africanidade ainda são perceptíveis nas comunidades negras tradicionais do Paraná, também denominadas "Terras de Preto", ainda que modificados pela dominação europeia e pela própria mistura dos diferentes povos africanos escravizados. Nas páginas seguintes, estão retratados alguns traços culturais próprios desses grupos: o trabalho, a religiosidade, a relação com os recursos naturais, as tecnologias e a importância feminina na condução dos quilombos.



trabalho

Explorar a terra, criar aves e suínos, construir casas, paióis, templos, salões de baile, fazer cercas para as plantações são atividades cotidianas das quais se ocupam indivíduos das comunidades negras tradicionais. Não se percebe na visão de trabalho dos quilombolas o viés da purgação, do sofrimento. A jornada diária de afazeres é necessária à sobrevivência e compõe um momento agradável de descontração entre os pares.

A organização do trabalho para a exploração da terra, as formas de manejo e as técnicas de preservação do potencial produtivo estão impregnadas pelo sentido de união do grupo. Essas práticas despertaram nos quilombolas a visão agroecológica de preservação do espaço em que moram. Foi vivendo e vendo o mundo dessa forma que eles sobreviveram à exploração e mantiveram níveis satisfatórios de segurança alimentar, a despeito das dificuldades materiais. Trabalhar, portanto, na concepção de um quilombola, é produzir, vivenciar e dar continuidade a um modo de vida.

mutirão

mutirão

Fazer uma reunida ou um mutirão para dar conta de uma tarefa é mais do que meramente ajudar o próximo: é conviver. O trabalho que em princípio era individual, mas que precisa de um número maior de braços e mentes para ser levado a efeito, é de responsabilidade do grupo. O mutirão envolve, em geral, toda a comunidade e cada um auxilia conforme suas condições físicas, intelectuais ou técnicas. Pode-se construir uma casa, consertar uma ponte, fazer um roçado, plantio, ou colheita, ou reformar um equipamento, como o monjolo. É no trabalho em conjunto que os quilombolas, de forma inconsciente, reforçam os laços de ancestralidade, de união. Essa solidariedade é o que tem garantido a sobrevivência das comunidades quilombolas do Paraná.



Para os quilombolas, o trabalho não tem o viés da purgação. Ele é necessário à sobrevivência e é momento de riso, de canto e de causos.



Um quilombola não tem interesse pelo isolamento, porque está convicto de que a vida não seria possível a um indivíduo sozinho. O trabalho coletivo é fator de sobrevivência.



Mesmo em pequenas tarefas, os quilombolas reúnem-se para compartilhar o momento com os seus pares. O mutirão é a própria existência. É viver coletivamente.

agricultura de subsistência

agricultura de subsistência

A agricultura voltada à própria subsistência é uma atividade familiar que colabora para preservar os rituais transmitidos a cada geração. Essa forma de plantio, que se preocupa essencialmente com o próprio consumo, limita a produção de alimentos dos quilombolas. Em contrapartida, colabora para a manutenção da biodiversidade do local. Em uma visão agroecológica, as árvores têm várias funções: são alternativas para a obtenção de lenha, frutos, sombras e também produção de sementes para o plantio de outras árvores. Foi assim que as comunidades negras tradicionais preservaram o espaço em que hoje está demarcado, por exemplo, o Parque das Lauráceas.





Balaio confeccionado pelos próprios quilombolas para transporte de cargas – Quilombo Guajuvira, Município de Curiúva.



Instrumento rústico utilizado para arar a terra e preparar o plantio – Quilombo Guajuvira, Município de Curiúva.

artesanato

A arte de fabricar coisas é muito antiga, anterior até à capacidade dos seres humanos de se expressar por meio da linguagem articulada. O artesanato desenvolvido pelas comunidades negras do Paraná é resultado do processo histórico vivenciado por gerações de quilombolas: o seqüestro, o transporte nos tumbeiros, a escravização, a pseudolibertação, a marginalização, o isolamento, a reaproximação com a sociedade branca e seus valores, o aprendizado mútuo, a perda de territórios, as convivências possíveis, as desavenças e reinvenções. "In latu sensu": a existência.



Artesão quilombola utiliza, para fabricar o balaio, folha seca conhecida popularmente como Tapoia.



Um pouco da diversidade do artesanato quilombola do Paraná. Na foto acima, a tecelagem de Dona Vani, líder da comunidade do Quilombo da Serra do Apon, no Município de Castro.



Quilombo João Surá, Núcleo Guaracuí, Município de Adrianópolis. Peças do artesão João Andrade de Freitas, em argila, que reproduzem imagens de pessoas da própria comunidade.



No quilombo do Sutil, Município de Ponta Grossa, a influência européia e indígena.



religiosidade

A sociedade brasileira traz no seu âmago a religiosidade como um forte componente identitário. O catolicismo trazido ao Brasil, impregnado de resquícios medievais, misturou-se à mentalidade do elemento indígena e africano. Essa religiosidade rústica, ou popular, também se propagou por conta do distanciamento físico entre a Igreja, enquanto instituição, e uma parcela considerável da população, relegada aos confins do vasto território e sob condições materiais mais precárias.

Ao observarmos algumas práticas religiosas bastante recorrentes, como é o caso da Dança de São Gonçalo, Terço Cantado e Recomendação da Quaresma, fica patente a ressignificação de elementos do catolicismo a partir de uma leitura própria. A prática isolada da fé e a transferência de informações de uma geração para outra criou uma tradição religiosa muito própria nas comunidades negras tradicionais. Sincretismo que recebeu a influência determinante de elementos ancestrais da religiosidade de matriz africana.

dança de São Gonçalo e romarias

Trata-se de uma manifestação genuinamente católica e nascida em Portugal da prática do padre Gonçalo, que se notabilizou pelo uso da canção e da dança durante as noites de sábado com as prostitutas, a fim de que cansadas não pecassem e desistissem da vida profana, vindo a se casar. No Brasil, há várias nuances dessa manifestação religiosa. Entre as comunidades quilombolas do Paraná, a dança ou romaria é uma forma de pagamento de promessa por uma graça recebida.

Ainda que a promessa ou a graça seja um benefício individual, o pagamento é realizado por toda a comunidade, que dança a mesma música por horas, completando o número de “voltas” prometidas pelo devoto. Todos na comunidade comparecem ao pagamento da promessa, mesmo que não tenham sido contatados pessoalmente pelo indivíduo que a está pagando. A manifestação ressalta um aspecto importante da sociedade quilombola: a solidariedade.



Quilombo Água Morna, Município de Curiúva.



A promessa feita pelo requerente é paga de forma comunitária. No entanto, se a comunidade não for convocada para dançar em homenagem a São Gonçalo e a promessa não for paga, uma "alma penada" cobra do requerente o pagamento da dívida.



A dança de São Gonçalo mistura elementos do catolicismo tipicamente europeu, da Idade Moderna, com outros marcadamente afrobrasileiros, como a união da comunidade.

terço cantado

terço cantado

As vozes registram uma musicalidade negra, como é o caso do canto em terça. O modo de cantar e de rezar é adaptado à linguagem e à pronúncia dos quilombolas. No Terço Cantado, uma manifestação religiosa rústica, os quilombolas imprimiram elementos culturais próprios, de acordo com a sua percepção de religiosidade e sua forma de levá-la a efeito.





A comunidade reunida reza o terço de forma cantada no Quilombo João Surá, Município de Adrianópolis.

recomendação da quaresma

recomendação da quaresma

Também é denominada pelos membros das Comunidades Negras Tradicionais, nas quais ainda se realiza este rito, de Recomenda das Almas. Trata-se de um costume que nasceu no período medieval, na Europa, e que, de prática do clero, foi se transformando em ação popular. A procissão é realizada por um grupo de pessoas que com cantos característicos, orações e ao som das matracas, percorre as cruzes e as casas, parando em frente de cada uma e efetuando as orações pelas almas dos que já morreram. A procissão encerra-se diante do Cruzeiro, na Igreja ou no cemitério.





Quilombo João Surá, Município de Adrianópolis. Início da procissão, que os devotos denominam "A Recomenda".



Nas várias "paradas" ou estágios da procissão, os quilombolas detêm-se em cada uma das casas rezando pelas almas dos falecidos da família. Recomendar as almas é mais um aspecto característico do espírito de grupo.



Via de regra, a cerimônia da Recomendação das Almas acontece à noite. Em frente ao Cruzeiro, os quilombolas completam o ciclo de oração. Essa solenidade ocorre apenas no período da quaresma.



tecnologia

As comunidades negras tradicionais mantiveram os traços de ancestralidade que parecem práticas remotas ou tecnicamente atrasadas, mas são a essência do que possibilitou aos quilombos atravessarem o século 20. Isso, aliás, nos remete à reflexão sobre o efetivo significado do termo. Por tecnologia se entende o uso de equipamentos ou instrumentos para efetuar “trabalho”, isto é, a ação sobre algo no sentido de transformar, alterar-lhe a forma, a substância e mesmo conferir-lhe outras utilizações possíveis. Tecnologia, portanto, é tudo de que o homem historicamente tem lançado mão, tanto para a economia coletora (caça, pesca e coleta), quanto para a economia produtora (agricultura, pecuária, artesanato e correlatos). As comunidades quilombolas, por motivos que vão do isolamento, aliado à necessidade de prover a subsistência, às características etnoculturais, mantiveram elementos tecnológicos marcantes.



O trabalho cotidiano de moer (pilar) o milho, fabricando a quirera, importante elemento na culinária quilombola – Núcleo Guaracuí, Quilombo João Surá.

pilão

pilão

O arroz antes de ir para a panela, o milho antes de virar comida para as galinhas, o amendoim usado em tantos maravilhosos quitutes, a carne seca com a qual se fará um tipo de paçoca são exemplos de aplicação do pilão. Em seus vários formatos, que vão do longilíneo alto ao pequeno arredondado, quase tudo passa por ele. Em comum, têm o espaço interno ou a abertura em formato cônico, na qual se deposita o produto a ser pilado. Com o uso do que se chama popularmente “mão do pilão”, os braços humanos, qual prolongamento do utensílio, fazem movimentos ritmados de cima para baixo. Empregando pequena força no início, de modo a que os grãos não saltem para fora, e aumentando a intensidade da batida à medida que os grãos vão se quebrando em partes menores, no pilão é possível transformar o produto inicial em outro.



Quilombo Palmital dos Pretos – Município de Campo Largo.



Quilombo João Surá – Município de Adrianópolis.



casa de farinha

A começar pelo nome, o local é uma herança de tempos em que a atividade exigia espaços maiores. As Casas de Farinha têm significado mais eloqüente pela expressividade identitária pelo que dele sai: a mandioca depois de lavada, descascada, ralada, peneirada e seca, resulta na farinha. Com seus raladores, em alguns casos centenários, as construções possuem tachos de cobre instalados sobre uma espécie de fogão feito de barro, uma marca registrada dos quilombolas. As mulheres mexem o produto na sua fase de torragem, quando é preciso ter ciência da intensidade do fogo e da velocidade dos movimentos, para que a secagem ocorra de maneira precisa e uniforme. É possível ouvi-las cantando com suas vozes em terça, enquanto a farinha fica pronta.



As várias etapas da fabricação de farinha à moda dos quilombolas. A moagem da mandioca; a compressão no "Balaio de Tipiti" para a retirada da manipueira (líquido tóxico que não pode ser despejado nos rios, sob pena de causar a morte dos peixes); a secagem no tacho de cobre, resultando na farinha de mandioca.



construções

As construções constituem-se em um dos traços culturais característicos dos quilombos. O material utilizado (paredes de barro e varas de bambu), o sistema de saneamento, as divisões da casa são conhecimentos históricos que sobrevivem graças ao trabalho coletivo. A engenharia utilizada é aprendida na prática, na edificação da casa de um vizinho ou na elaboração de um fogão de taipa. Aliás, a alegria de uma conversa ao pé do fogão à lenha contrasta com a escassez de recursos e infra-estrutura. Mas isso não limita as possibilidades de construção para os quilombolas, que encontram na criatividade a alavanca para superar as dificuldades do dia-a-dia.

casa de pau-a-pique

Nas comunidades quilombolas do Paraná, há um número significativo de construções de pau-a-pique, com suas paredes de barro formando a camada externa e as varas ou bambu devidamente amarrados e/ou encaixados uns aos outros na estrutura interna. O barro, portanto, ao mesmo tempo cobre e entremeia a estrutura. Os assoalhos são, em geral, de chão batido, principalmente nas cozinhas.



Quilombo João Surá, Núcleo Guaracuí, Município de Adrianópolis. Casa de pau-a-pique cujo desgaste do reboco permite a observação dos materiais que compõem a parede.



Quilombo Varzeão, Município de Doutor Ulysses. A tradição está presente na construção de chão batido e na “vassoura de mato”, utilizada para varrer as partes interna e externa da casa.



Quilombo Córrego das Moças, Município de Adrianópolis. A construção que abrigava a família e na qual nasceram e cresceram os filhos foi vencida pelo tempo. Deu lugar a uma outra e é memória. Testemunha de um período.



Quilombo São João, Município de Adrianópolis. Um pouco de indígena e de africano. A palha e a madeira combinadas dão o abrigo ao grupo familiar.



fogão de taipa

fogão de taipa

O solo arenoso predominante na região de Adrianópolis, por exemplo, combinado à sobrevivência de conhecimentos ancestrais – para obtenção de liga e prevenção de rachaduras pelo calor – garante a boa qualidade na construção e uso de fogões à lenha. Além da sua utilidade na elaboração dos alimentos, o fogão de taipa também é um local de convívio. É em torno dele que se conversa sobre as questões do dia-a-dia, e que passado, presente e futuro se encontram.

Os fornos externos, em formato de cupinzeiro, utilizam uma armação de madeira sobre a qual é aplicada a mistura que se aproxima bastante do que hoje se conhece por solo-cimento. Após a secagem natural do barro, essa estrutura é queimada, constituindo-se essa queima em um dos elementos complementares da selagem do material.



Quilombo Serra do Apon, Município de Castro.



Núcleo Guaracuí – Quilombo João Surá, Município de Adrianópolis.



cozinha fora do corpo da casa

Há nas casas quilombolas, ao menos em boa parte delas, um espaço social por excelência. Dois, na verdade, e um em decorrência do outro. O segundo deles – numa inversão necessária – situa-se entre o corpo da casa e a cozinha: em geral algumas cadeiras, banquetas ou bancos longos de madeira rústica. É nesse espaço que as pessoas travam conversas amenas e descompromissadas, acompanhadas por cuias de chimarrão, xícaras de café ou chá. E o primeiro espaço é a cozinha.

Em qualquer casa de zona rural, ao que parece, a cozinha é a principal área social da residência. Entre as famílias negras, isso é ainda mais marcante. Segundo a Professora Doutora Helena Teodoro, o fato remete a um traço ontológico de culturas originais do continente africano, para quem há grande importância no ato de cozinhar. Eles crêem que os conhecimentos na arte da mistura dos condimentos e no uso das ervas têm o duplo significado de prevenir doenças e zelar pela saúde das pessoas.

Também existe a sacra necessidade de transformar o que está morto em algo necessário e benéfico à vida. Sendo assim, cozinhar é um ato sagrado. Em ocasiões especiais, como festas ou reuniões de qualquer natureza, a responsabilidade cabe à mulher mais velha do grupo, até porque é quem detém maior conhecimento. Também há o conceito de que a cozinha se constitui em um lugar sagrado, pois é onde se dá a transformação da morte em vida. Só nela isso é possível. E mais: na casa, não devem entrar coisas mortas. Portanto, a cozinha é construída em separado do corpo da residência. Nas comunidades quilombolas do Paraná, esse traço cultural não é consciente e está bastante difuso. No entanto, as suas cozinhas continuam sendo construídas fora do corpo da casa.



A alma do quilombola no coração da casa: a cozinha. Quilombo João Surá, Município de Adrianópolis.



Comunidade Mamãs, Município de Castro.



Comunidade Varzeão, Município de Doutor Ulysses.

cabeças coroadas: para além da cozinha



A questão de gênero vista sem maior atenção parece assemelhar-se em suas condições gerais e nas formas explícitas de relacionamento às condições da sociedade brasileira em seu conjunto. O protagonismo feminino nas comunidades quilombolas, no entanto, é patente ao olhar mais cuidadoso. Há um número significativo de comunidades e associações lideradas de maneira efetiva por mulheres e, mais que isso, há uma presença feminina marcante na organização das atividades cotidianas e, sobretudo, na manutenção de conhecimentos específicos, ritos e práticas que atribuem a tais comunidades e grupos sociais seus elementos identitários, tanto étnicos quanto socioantropológicos.

As mulheres quilombolas não se constituem naquilo que na África se denominaria “Cabeças Coroadas” apenas na cozinha, o que já não seria pouco, considerando a importância desse ambiente de acordo com os pressupostos da concepção de mundo baseada na cosmovisão africana. Elas vão além, reúnem as características em cuja soma se resume o termo perseverança, que é ao mesmo tempo luta e crença, paciência e obstinação, coragem e valentia para a guerra, bem como habilidade e persistência necessárias à diplomacia. Elas vivem do que trazem das gerações anteriores, assim como vivem e viverão em seus descendentes pelo Paraná adentro. Quiçá nunca mais afora.



Comunidade João Surá – Município de Adrianópolis.



Comunidade Varzeão – Município de Doutor Ulysses.



Comunidade João Surá – Município de Adrianópolis.



Comunidade Guajuvira – Município de Curiúva.



Comunidade João Surá – Município de Adrianópolis.



O Paraná desvela para o Brasil e para o mundo uma parte importante de sua história. Símbolo de resistência de um povo, aos poucos, os quilombos começam a ser encontrados. O Estado que no imaginário coletivo era essencialmente europeu revela outra face. O último mapeamento realizado pelo Grupo de Trabalho Clóvis Moura, do Governo do Paraná, identificou 90 comunidades remanescentes. Desse total, 36 grupos foram certificados pela Fundação Cultural Palmares e sete desses passam por um estudo da UFPR, que vai resultar na titulação do seu território pelo Governo Federal. A despeito de representarem 24,5% do total da população do Estado, os negros são vítimas da invisibilização histórica. Todos os traços culturais mais essenciais dessa etnia também são negados. Resultado: a cultura negra ficou, juntamente com a população na qual se desenvolveu, à margem da sociedade. Filhas, talvez não tão diletas, da escravidão, essas comunidades herdaram a marginalização que perseguiu os escravizados. Muitos descendentes ainda sofrem com o assédio, a violência e a má fé que inviabilizam seu modo de vida e sua organização. Esta publicação da FUNPAR é uma tentativa de resgate da imagem e cultura desse povo, que durante décadas luta por liberdade e justiça.

Realização:



Patrocínio:



Apoio:

